



RESISTÊNCIA EPISTÊMICA E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS: PATRICIA HILL COLLINS E A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS DO SEMIÁRIDO BAIANO

Joana Carla de Jesus Assis¹.

Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil

Ana Paula Sandes Galvão²

Coletivo Bahia Pela Paz, Feira de Santana, Bahia, Brasil

Stefanie de Almeida Macedo³

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

José Fernando Andrade Costa⁴

Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil

Resumo: O artigo trata da construção de espaços seguros de resistência por mulheres negras, com base nas contribuições do pensamento de Patricia Hill Collins. Buscou-se articular elementos teóricos propostos pela autora com os resultados de uma experiência empírica de extensão universitária realizada com mulheres negras rurais. O método utilizado combina a pesquisa teórica e a pesquisa-ação participativa, envolvendo 20 mulheres negras de 10 municípios do Semiárido baiano, por meio de encontros remotos e presenciais. Os resultados indicam que a confluência entre a análise interseccional, a resistência epistêmica e a práxis comunitária permite desenvolver uma chave interpretativa psicológico-social que emerge da experiência de construção de espaços seguros de bem viver.

Palavras-Chave: Feminismo Negro; Interseccionalidade; Psicologia Social.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: joanacarlaassis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7708-6220>

² Graduação em Psicologia (UEFS). Psicóloga no Coletivo Bahia Pela Paz Feira de Santana. Email: anapaulag.psi@gmail.com. ORCID: 0009-0006-8615-4554

³ Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: stefanieamacedo@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-6255-2957

⁴ Professor Adjunto na Área de Psicologia do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCHF/UEFS). Doutorado em Psicologia Social (IP-USP). Email: jfcosta@uefs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5677-0093>



EPISTEMIC RESISTANCE AND CONSTRUCTION OF SAFE SPACES: PATRICIA HILL COLLINS AND THE EXPERIENCE OF BLACK WOMEN FROM BRAZILIAN SEMI-ARID

Abstract: In this paper we deal with the construction of safe spaces of resistance by black women, based on the contributions of Patricia Hill Collins' thought. We sought to articulate theoretical elements proposed by the author with the results of an empirical university extension experience carried out with rural black women. The method used combines theoretical research and participatory-action research, involving 20 black women from 10 municipalities in the semi-arid region of Bahia, through remote and in-person meetings. The results indicate that the confluence between intersectional analysis, epistemic resistance and community praxis allows the development of a psychological-social interpretative key that emerges from the experience of building safe spaces for good living.

Keywords: Black Feminism; Intersectionality; Social Psychology.

RESISTENCIA EPISTÉMICA Y CONSTRUCCIÓN DE ESPACIOS SEGUROS: PATRICIA HILL COLLINS Y LA EXPERIENCIA DE LAS MUJERES NEGRAS DEL SEMIÁRIDO BRASILEÑO

Resumen: El artículo aborda la construcción de espacios seguros de resistencia por parte de mujeres negras, a partir de los aportes del pensamiento de Patricia Hill Collins. Buscamos articular elementos teóricos propuestos por la autora con los resultados de una experiencia empírica de extensión universitaria realizada con mujeres negras rurales. El método utilizado combina investigación teórica e investigación-acción participativa, involucrando a 20 mujeres negras de 10 municipios de la región semiárida de Bahía, a través de reuniones remotas y presenciales. Los resultados indican que la confluencia entre análisis interseccional, resistencia epistémica y praxis comunitaria permite desarrollar una clave interpretativa psicológico-social que emerge de la experiencia de construir espacios seguros para el buen vivir.

Palabras-clave: Feminismo negro; Interseccionalidad; Psicología Social.



RÉSISTANCE ÉPISTÉMIQUE ET CONSTRUCTION D'ESPACES SÉCURISÉS : PATRICIA HILL COLLINS ET L'EXPÉRIENCE DES FEMMES NOIRES DANS LE SEMI-ARIDE BRÉSILIEN

Résumé: L'article traite de la construction d'espaces sûrs de résistance par les femmes noires, à partir des apports de la pensée de Patricia Hill Collins. Nous avons cherché à articuler les éléments théoriques proposés par l'auteur avec les résultats d'une expérience empirique de vulgarisation universitaire réalisée auprès de femmes noires rurales. La méthode utilisée combine recherche théorique et recherche-action participative, impliquant 20 femmes noires de 10 municipalités de la région semi-aride de Bahia, à travers des rencontres à distance et en personne. Les résultats indiquent que la confluence entre l'analyse intersectionnelle, la résistance épistémique et la praxis communautaire permet le développement d'une clé d'interprétation psychosociale qui émerge de l'expérience de construction d'espaces sûrs pour bien vivre.

Mots-clés: Féminisme noir; Intersectionnalité; Psychologie sociale.

INTRODUÇÃO

A voz de Patricia Hill Collins ecoa no mundo acadêmico como *leading voice*, em um momento de contestação e transformação radical das bases epistemológicas do pensamento moderno branco ocidental, a tal ponto que podemos dizer que estamos diante de um giro epistêmico provocado pelo feminismo negro interseccional.

Enquanto as universidades ocidentalizadas naturalizaram e ocultaram os privilégios de alguns homens brancos como sinônimo do pensamento filosófico e científico universal, nas últimas décadas uma confluência de lutas travadas dentro e fora da academia permitiu reconstruir os parâmetros analíticos do conhecimento sobre as bases da resistência às distintas formas de opressão. A interseccionalidade, proposta por Collins como teoria social crítica, aponta para esse modo de conceber o conhecimento enquanto



processo de justiça social a partir da interpretação da natureza interligada das opressões.

Mas, para que a interseccionalidade não se torne apenas um modismo acadêmico, que se esgota em promessas eloquentes de crítica social, é necessário demonstrar sua aplicabilidade enquanto lente analítica para a compreensão e intervenção sobre determinados problemas sociais. Para isso, podemos recorrer ao trabalho de Collins com o intuito de fazer confluir, como propôs o sábio mestre Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), uma atitude contracolonial com a crítica ao pensamento tradicional. Essa perspectiva de colocar os conceitos à prova, com base na realidade social brasileira, insere-se no âmbito de uma agenda mais ampla do feminismo negro interseccional, a saber: de consolidar-se não como uma “virada epistemológica da moda”, mas de conferir à teoria crítica socialmente engajada novas bases analíticas necessárias para não sucumbir ao comodismo da mera denúncia inócua.

Temos como objetivo, neste artigo, esboçar uma articulação do pensamento teórico-crítico de Patricia Hill Collins com os resultados de uma experiência empírica de ações extensionistas no campo da Psicologia Social com comunidades rurais. Para tanto, o método utilizado combina a pesquisa teórica sobre alguns dos textos produzidos pela autora com a pesquisa-ação participativa com mulheres negras rurais, desenvolvida no âmbito do Programa “Ciclos de Ação Comunitária”⁵.

Nosso ponto de partida consiste em uma leitura da obra de Hill Collins em eixos que explicam a (i) relação entre os conceitos de opressão, experiência

⁵ Baseado nos aportes da Psicologia Social latino-americana, o Programa Ciclos de Ação Comunitária oferece um conjunto de ações extensionistas regulares, com duração de oito encontros (semanais ou quinzenais), para comunidades dos Territórios de Identidade da Bahia, na perspectiva interdisciplinar da defesa dos Direitos Humanos, do fortalecimento (empoderamento) e do bem-estar social dos atores envolvidos. Entre 2020 e 2024, foram realizados 17 Ciclos, atendendo a 10 grupos comunitários em cinco municípios. A etapa empírica descrita neste artigo foi conduzida com base nos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, respeitando as disposições da Resolução CNS 510/2016.



e interseccionalidade; posteriormente, (ii) propomos uma discussão em torno dos conceitos de resistência, comunidade e criatividade; e, por fim, (iii) uma análise da experiência empírica de extensão universitária desenvolvida com um grupo de mulheres negras de territórios rurais no Semiárido baiano no âmbito dos Ciclos de Ação. A confluência entre a análise interseccional, a resistência epistêmica e a práxis comunitária resulta na proposta de adicionar à *standpoint theory* uma chave interpretativa psicológico-social que emerge da experiência de construção de espaços seguros de bem viver.

OPRESSÃO, EXPERIÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE

Compreender a experiência de resistência de mulheres negras exige a elaboração teórica do atravessamento das formas de opressão que incidem sobre suas vidas cotidianas. Para Collins, a opressão é um “termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (COLLINS, 2019 [1990], p. 33) e que ocorre em três esferas: econômica, política e ideológica. A opressão econômica se dá pela histórica exploração do trabalho de mulheres negras; a política, pela negação de direitos e privilégios que são estendidos à população branca e masculina; e a ideológica, pela aplicação de imagens de controle que surgiram no período da escravidão.

As imagens de controle funcionam como um ataque sistemático às mulheres negras por meio da construção e difusão de estereótipos que sustentam a opressão interseccional. Entre estas imagens, estão as de *mammy*, matriarca, mãe dependente do Estado, rainha da assistência social, dama negra, jezebel, entre outras que ratificam uma imagem negativa da



mulher negra, objetificando-a e colocando-a como o Outro da sociedade⁶. Universidades, mídia e agências governamentais se colocam como espaços de reprodução das imagens de controle, principalmente com a influência das grandes mídias na cultura popular.

A objetificação das mulheres negras, efetuada por meio destas imagens controles, escreve em suas experiências uma contradição que as tornam visíveis e, concomitantemente, invisibilizadas em todos os aspectos que podem ser desumanizados ou explorados de forma conveniente à estrutura hegemônica. A determinação social do olhar do outro limita o entendimento desse grupo em sua condição de pessoa e sujeito de direito, cerceando a identidade feminina negra que fica limitada à personificação destas imagens que representam interesses específicos da branquitude. Em termos psicológicos, por meio da estereotipia do pensamento provocado pelas imagens de controle, a opressão se instala enquanto medo da alteridade (SANTOS, 2017) e impele as mulheres negras simultaneamente à intersecção dos sistemas de poder de gênero, raça e classe.

Contra a construção destas imagens de controle, a autodefinição e afirmação coletiva das mulheres negras configura um processo de fundamental importância, tanto em termos políticos quanto psicológicos. Esse processo se dá, principalmente, no âmbito de uma experiência significativa, que podemos chamar de *espaços seguros*.

Essa jornada rumo à autodefinição tem importância política. Como observa Mary Helen Washington, as mulheres negras que lutam para 'criar uma identidade mais ampla que aquela que a sociedade lhes empurraria [...] estão conscientes e atentas, e essa consciência é potente'. A identidade não é o objetivo, e sim o ponto de partida do processo de autodefinição. Nesse processo, nós, mulheres negras,

⁶ Além da abordagem das imagens de controle desenvolvida por Collins (2019 [1990]), outras feministas também tratam dos estereótipos associados às mulheres negras, como os de "empregadas domésticas" ou "mulatas" (GONZALEZ, 2018 [1980]), "mães pretas" ou "*saphires*" (hooks, 2020 [1981]).



partimos rumo a uma compreensão de que nossa vida pessoal foi fundamentalmente moldada por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe (COLLINS, 2019 [1990], p. 205).

A autodefinição, a autovalorização e a autossuficiência são elementos que manifestam a valorização da independência das mulheres negras, possibilitando a transformação das identidades a partir de articulações que se dão em nível coletivo. O pensamento feminista negro oferece a promoção de um entendimento mais amplo das identidades coletivas e do alcance da ação política por meio da interseccionalidade.

Uma identidade transformada pode ser transformadora e duradoura. Uma vez que as pessoas mudam no nível individual por meio de conscientização política, também se tornam atores da mudança coletiva. O foco no eu, em sua totalidade, proporciona um impulso importante ao empoderamento individual e coletivo (COLLINS; BILGE, 2021 [2016], p. 210).

A autora também destaca a importância do caráter construtivo da identidade no engajamento político, possibilitando reivindicações nos campos de luta feminista e antirracista, por exemplo, mas que não se desvincula, de modo algum, da luta anticapitalista, tendo em vista que a superexploração do trabalho de mulheres negras. Rompe-se, assim, com uma perspectiva de uma identidade fixa e pretensamente universal e que se dá de modo estanque (COLLINS, 2022 [2019]). A formação de uma voz que corresponda às necessidades do coletivo de mulheres que essa corrente de pensamento e construção de luta coletiva busca representar, pode ser definida como a questão central em torno de todo o debate feminista negro.

Esse direcionamento justifica o caráter político da autodefinição, que está também relacionado ao fato de as mulheres negras viverem, em sua maioria, uma experiência cotidiana na qual precisam conciliar a imagem que cultivam de si mesmas, em seus espaços seguros, com os retratos opressores



que estão socialmente dispostos. As competências desenvolvidas por meio da autodefinição estendem-se para além da formação de uma voz individual, elas ressoam também na capacidade de situar-se num contexto histórico mais amplo e visualizar contradições que muitas vezes são abafadas pela incessante reprodução dos privilégios branco, masculino e de classe. É o que ocorre, por exemplo, quando mulheres negras ascendem a posições de comando em empresas, tornam-se professoras universitárias ou são eleitas para cargos legislativos.

É por meio desse processo de experiência *outsider within* que se provocam tensões, rupturas e novos entendimentos sobre as estruturas reprodutoras de estereótipos e da objetificação dos corpos das mulheres negras, desvelando as contradições sociais que criam empecilhos para a construção de um eu social (*Self*) criativo.

Para ilustrar, podemos recorrer à canção “*Four Women*” de Nina Simone, analisada por Collins, para destacar a raiva característica da personagem lírica, que transmite a ideia de uma compreensão a respeito de como elementos históricos impactam sua realidade presente. Segundo Angela Davis (2023), a revolta das mulheres negras, que é comumente utilizada para estereotipá-las por meio das “imagens de controle”, é legítima e justa. Afinal, a raiva, desde que seja direcionada para a luta, pode atuar como um elemento importante na construção de um horizonte emancipador. Assim, nos parece que a indignação a respeito de como as estruturas sociais se organizam de modo a potencializar as iniquidades do racismo, do sexismo e da opressão de classe, é também um modo de autodefinir-se.

Ao contrário da imagem da “mulher negra raivosa” e do medo do sentimento e da utilização da raiva, Audre Lorde (2020 [1984]) também propõe a leitura da raiva como reação adequada para atitudes racistas. A interpretação da raiva como uma possibilidade de aprendizado, faz com que o manejo desse



sentimento se coloque como uma importante fonte de empoderamento individual e coletivo. Para a autora, a finalidade da raiva é a mudança, promovendo mobilização para a luta social.

Patricia Hill Collins, ao sistematizar o caminho para a construção da interseccionalidade como teoria social crítica, chama a atenção para esse processo de luta e aprendizado que ocorre através da *experiência*, no sentido conferido pela tradição pragmatista, de transformação simultânea dos agentes e da situação, em interação dialógica. Para as mulheres negras, a autora ressalta que esse processo de aquisição de experiência consiste em expressar sua voz e encontrar meios de usá-la para a transformação da realidade prática de sua vida e, por conseguinte, da vida de outras mulheres.

RESISTÊNCIA, COMUNIDADE E CRIATIVIDADE

Collins constrói sua teorização a partir da análise da realidade das mulheres negras estadunidenses, mas sem perder de vista o quadro mais amplo de opressões que atravessam grupos subalternizados de outras latitudes. Contra o risco de etnocentrismo das teorias sociais que emergem no centro do capitalismo, Collins observa que, embora não sejam universalizáveis, há semelhanças entre a experiência de mulheres negras em diferentes contextos e que a interseccionalidade é uma ferramenta de análise para desvelar tais nuances. Para nossos fins, como veremos no próximo tópico, a concepção de interseccionalidade proposta por Collins (2019 [1990]) se revela útil para a leitura de especificidades da experiência de mulheres negras brasileiras, cujas lutas foram, inclusive, destacadas pela autora como um exemplo de construção de um feminismo transnacional.

Antes de passar à análise de uma situação empírica, temos que resgatar os conceitos intermediários que articulam a discussão do tópico anterior, sobre



a formação do *Self* criativo pela aquisição de experiências em espaços seguros. Para Collins (2019 [1990]), o núcleo familiar, as igrejas e outras organizações comunitárias são os espaços onde as mulheres negras têm abertura para expressar de forma segura o discurso acerca de si mesmas. São também esses espaços que oferecem a oportunidade de entrar em contato com referenciais femininos próprios de suas comunidades, de modo que as imagens dispostas pela cultura hegemônica passam a soar inadequadas e irreais. Mais adiante veremos que é possível associar a constituição de espaços seguros em comunidade como modo de viabilizar o rompimento do ciclo de violência contra as mulheres.

A autora não deixa de abordar que mesmo a comunidade negra, em muitos momentos, foi responsável por reforçar ameaças racistas, homofóbicas, sexistas e de classe contra sua própria população. Ela escreve que a comunidade negra, como qualquer outra comunidade, não é uniforme e isenta de contradições. No entanto, Collins (2019 [1990]) observa o caráter transformativo contido em tais comunidades, pois foi apenas sua capacidade de sobrepor similaridades às incongruências que, por exemplo, permitiu a sobrevivência da comunidade afro-americana frente à opressão sistemática.

As mulheres negras, de modo geral, constroem suas vozes e experiências, tanto individuais quanto coletivas, em três espaços: as igrejas⁷, as relações de amizade e a família (relações informais); e nas associações de mulheres negras ou outros vínculos organizativos mais formais, como é o caso das mulheres que integraram os “Ciclos de Ação Comunitária” sobre os quais

⁷ Em sua colocação sobre os espaços seguros, ao citar as igrejas, é importante destacar que a referência de Collins é às “igrejas negras”. No Brasil, entretanto, vale a pena ressaltar o histórico de negação do passado e da demonização das tradições afro-brasileiras empregada principalmente por religiões evangélicas. Outro aspecto de destaque no cenário brasileiro em relação às igrejas é o fato de que a maioria delas está sob o monopólio de mãos masculinas, enquanto em religiões de matriz africana, essa prática apresenta predominância feminina (ALMEIDA, 2022). Nesse sentido, poderíamos colocar como possibilidade de leitura os terreiros como espaços seguros na realidade brasileira.



discorreremos no tópico seguinte. A maternidade também pode ser entendida como elemento que constitui a experiência das mulheres negras em suas comunidades, nas quais centralidade da figura da mãe não é estabelecida pela ausência de figuras masculinas, como apontam os estereótipos contra a maternidade negra - entre eles a imagem de controle da “matriarca”.

Para a autora, os espaços construídos entre as mulheres negras são considerados como espaços seguros para construção de vozes:

Os espaços seguros das mulheres negras não foram feitos para ser um estilo de vida. Ao contrário, constituem um mecanismo dentre muitos destinados a promover o empoderamento das mulheres negras e nos capacitar para participar de projetos de justiça social (COLLINS, 2019 [1990], p. 199).

Collins também estabelece a música e a escrita como espaços seguros historicamente construídos por mulheres negras. Ao falar da música, elabora sobre as cantoras estadunidenses de *blues*, poderíamos aqui, refletir sobre as matriarcas do samba brasileiro. Em relação à escrita, a autora remonta à tradição de escrita de mulheres negras em seu país de origem. Em nosso país, poderíamos tomar como exemplo *Úrsula*, primeiro romance escrito por uma brasileira, ou os diários de Carolina Maria de Jesus, produção que representa a realidade nacional a partir do exercício de resistência epistêmica (MACÊDO; SILVA; NEVES, 2023). No penúltimo tópico, a articulação com a experiência prática ressalta a importância dos *cânticos de luta* também para a construção do espaço seguro.

Seja pela oralidade ou de forma escrita, as narrativas de mulheres negras possibilitam a historicização de suas experiências, sendo expressão não somente de resistência, mas também de criatividade - sendo este um elemento fundamental para toda ação social, inclusive a construção de espaços seguros. Esse processo proporciona um desafio às imagens de controle e substituição por pontos de vista de mulheres negras como atuação central de resistência à



opressão interseccional, possibilitando a criação de autodefinições independentes.

Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade tem o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos” (COLLINS, 2019 [1990], p. 206).

O valor do cuidado comunitário, que foi cultural e historicamente instituído, funciona como suporte para muitas mães negras e da classe trabalhadora que, na falta do suporte institucional que deveriam ser as creches públicas, não têm onde deixar suas crianças. Os avós são reconhecidos como figuras importantíssimas de apoio parental e as “mães de criação” constituem-se elementos de suporte e afetividade, assumindo funções que os pais biológicos não puderam assumir. “O valor cultural que as comunidades afro-americanas atribuíam ao cuidado cooperativo encontrou apoio institucional nas condições adversas sob as quais tantas mulheres negras tornaram-se mães” (COLLINS, 2019 [1990], p. 301).

A relação entre mães e filhas também é de fundamental importância dentro das comunidades. Com frequência, mulheres negras se tornam lideranças comunitárias com base na politização de uma experiência singular de cuidado e resistência epistêmica cotidiana. A afetividade atravessa as relações familiares, que se tornam políticas, criando meios de resistência do povo negro, como atesta, por exemplo, a luta contra abordagens policiais opressoras, seja no ensinamento diário aos filhos de “não sair sem documento” ou na formação de movimentos de mães que perderam seus filhos para a violência de Estado.

Essas relações, mesmo que isentas de um caráter político propriamente dito, viabilizam acolhimento e reconhecimento mútuo do direito de existência



destas mulheres: uma existência digna, permeada por afeto, e por respeito às suas vozes individuais. Esse reconhecimento, por vezes, se estende às relações onde não existe uma intimidade prévia, mas a mera necessidade de valorizar os feitos e méritos de outra mulher negra. Essas relações são fortalecedoras também do bem-estar dessas mulheres.

Para Collins (2019 [1990]), o eu das mulheres negras não se consolida por meio de um distanciamento de seus pares sociais, é através do reconhecimento de comunidade que esse eu pode desenvolver-se de forma plena. Desenvolvimento que possibilita o reconhecimento e questionamento de quais aspectos de sua identidade estiveram/estão atravessados por opressões interseccionais.

O construto de comunidade possui significados variados, e com frequência contraditórios, que refletem práticas sociais diversas e conflitantes. Pessoas podem compartilhar símbolos culturais, mas entendê-los e utilizá-los de maneiras diferentes, uma situação que catalisa significados e práticas variadas. Nesse sentido, o conceito de comunidade não é simplesmente um construto cognitivo abstrato; está impregnado de emoções e significados carregados de valores. Significativamente, comunidades são veículos para o comportamento coletivo (COLLINS, 2022 [2019], p. 257).

As comunidades, então, se constituem como algo político, dinâmico e aspiracional, em um processo onde as contradições podem ser negociadas. Por meio de uma abordagem pragmatista, Collins propõe uma centralização da experiência na construção cotidiana das pessoas, que tecem suas interpretações e reinterpretações do mundo social de modo constantemente experimentalista sem que esta perspectiva tenha sido ensinada formalmente, mas ocorra por meio das suposições provisórias estabelecidas na leitura da realidade. Essa perspectiva, que coaduna o pensamento feminista negro e o pragmatismo estadunidense, enfatiza o caráter processual e ativo de construção do mundo social e, conseqüentemente, de sua possível transformação, a partir do movimento cotidiano de resolução de problemas em



diversas esferas da vida, conduzindo à construção efetiva de uma sociedade democrática a partir da consolidação dos espaços seguros.

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS COLETIVOS PARA MULHERES NEGRAS NO SEMIÁRIDO BAIANO

Se, por um lado, os sistemas de poder produzem sobre as mulheres negras formas de opressão similares, tomando o quadro geral de referência das desigualdades de gênero, raça e classe, por outro lado a interseccionalidade como teoria social crítica deve ser posta à prova em situações concretas que guardam suas especificidades. No caso das mulheres negras, no Brasil, as dimensões de geração e território são igualmente centrais para a análise interseccional, pois existem formas de violência que recaem com maior peso sobre meninas e mulheres, como a violência sexual, violência doméstica e o feminicídio, sobretudo no caso de mulheres negras rurais.

Diante dessa realidade, para ilustrar nossa discussão precedente, vamos recorrer ao relato de uma atividade de extensão universitária participativa desenvolvida com mulheres negras de diferentes municípios do Semiárido baiano, em 2021, na qual observamos a experiência de resistência cotidiana e construção de espaços seguros. A atividade foi realizada com mulheres negras rurais que são líderes reconhecidas em suas comunidades, com o intuito de promover rodas de conversa e fortalecimento psicossocial (empoderamento) durante a construção de uma campanha de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres e pela divisão justa do trabalho doméstico.

Nosso ponto de partida metodológico foi a realização de encontros com mulheres em torno do Programa Ciclos de Ação Comunitária da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), conduzido por uma equipe da área de Psicologia e em parceria com duas organizações da sociedade civil: o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e o Coletivo de Mulheres dos



Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Agricultura Familiar de diversos municípios do Território do Sisal, no Semiárido baiano.

A metodologia da atividade extensionista fundamenta-se no conceito de “ação comunitária” da psicóloga venezuelana Maritza Montero (2012), que pressupõe o trabalho de busca pela mudança social *na* comunidade, *com* a comunidade e *pela* comunidade. Para que esta mudança ocorra, é necessário desenvolver condições psicossociais para que os indivíduos e o grupo possam transformar as realidades em que vivem, tornando-se aptos a lutar pela efetivação de seus direitos básicos e para exercer ativamente a cidadania. Assim, será possível facilitar o fortalecimento comunitário⁸ (MONTERO, 2003), um processo em que a comunidade ou grupo organizado controla uma situação específica e momentânea da vida comunitária a partir do desenvolvimento conjunto de capacidades e recursos para tal, atuando comprometidamente, conscientemente e criticamente.

Em uma articulação possível com Collins (2019 [1990]), e em relação com o trabalho desenvolvido, a construção do espaço seguro entre as mulheres do grupo viabilizou o fortalecimento das comunidades de suas lideranças comunitárias femininas. Implicadas em pensar a transformação das relações violentas de gênero em seus municípios, as participantes vislumbravam a necessidade de uma transformação em rede, não só pelo acolhimento e conscientização de outras mulheres, mas também pela implicação dos homens neste processos de mudança, pela educação de jovens meninos e meninas, pela pressão ao poder público por serviços de qualidade. Tudo isto, a partir da construção de relações de acolhimento e referência no grupo, que viabilizaram

⁸ Aqui, o fortalecimento para Montero não deve ser considerado sinônimo de “empoderamento”, pois não parte da premissa de “dar poder” a quem não tem, mas sim reconhecendo o potencial da comunidade de desenvolver e mobilizar seu poder em prol da transformação social (COSTA, 2015).



às mulheres novas formas de definir-se e encarar seus potenciais de ação em um espaço seguro.

A atividade com as lideranças femininas buscou facilitar o fortalecimento psicossocial destas mulheres para que possam, cada vez mais, desenvolver as capacidades e recursos para organizar outras e outros em suas comunidades, pela transformação de suas condições de vida. Notamos que os temas da opressão de gênero que inicialmente motivaram a formação do grupo não se desvinculam das dimensões de raça, classe, geração e território. Por isso, a chave de leitura da interseccionalidade serve tanto para o diagnóstico crítico quanto para a compreensão das possibilidades de resistência.

Foram realizados, ao todo, oito encontros virtuais com vinte mulheres de dez diferentes municípios do Semiárido Baiano, de idades variadas, dos 24 aos 63 anos, declaradas pardas e negras e consideradas “lideranças políticas” pelo MOC, especialmente por serem protagonistas em seus municípios na luta pela garantia dos direitos das mulheres rurais.

A conjuntura de isolamento social e a dinâmica virtual certamente atravessaram toda a experiência do Ciclo, criando algumas dificuldades. Diversas participantes eram lideranças há anos e tiveram suas experiências de luta impactadas pela reorganização da rotina no período de distanciamento físico, queixando-se do excesso de *lives*, isto é, pequenos momentos de reflexões pautadas menos no diálogo e mais nas exposições, o que não permitiu resgatar o caráter de partilha dos espaços de luta das mulheres. Para algumas delas, aquele foi o primeiro espaço em muito tempo para partilha de experiências de forma síncrona e aberta para acolhida e debate.

Collins (2009), escrevendo sobre a relação das crianças com o espaço escolar, introduz alguns debates sobre a estrutura que envolve um grupo em um espaço seguro. Dialogando inicialmente sobre as péssimas condições das estruturas escolares e as possíveis relações com a evasão ou mal



comportamento neste contexto, a autora afirma que mesmo a pior estrutura física pode ser um espaço seguro na medida em que garanta a seguridade de seus participantes e a abertura para que seus integrantes compartilhem pensamentos impopulares, provocativos e principalmente políticos. Ainda que em outro contexto, a compreensão de Collins (2009) sobre a estrutura do espaço seguro é também aplicável ao Ciclo, se levamos em consideração os desafios enfrentados com a dinâmica virtual: contatos limitados ao que a tela permite acessar, a falta do contato físico, do olho no olho, tão importante nas atividades da militância destas mulheres. A possibilidade de abertura para suas opiniões e diálogo ativo foi o cerne da construção deste espaço seguro.

O acolhimento, em especial, foi muito importante para estas mulheres que, também muito impactadas em suas dinâmicas de vida por este novo momento, compartilhavam queixas acerca da sobrecarga doméstica pela divisão desigual do trabalho, somada à preocupação com a saúde física e psíquica, pessoal, da família e da comunidade. As partilhas iam além dos impactos da conjuntura, mas passavam também pelas demandas comunitárias, principalmente, a de superação das diferentes formas de violência de gênero nos municípios onde vivem. Intercalando relatos pessoais de rompimento com ciclos de violência, para muitas delas, a partir da relação com a luta comunitária das mulheres, constituída em espaços seguros, foi possível refletir e dialogar sobre possibilidades de mobilização dos movimentos nas comunidades. As participantes mais velhas, em especial, assumiram referência no grupo, pela partilha de suas experiências exitosas em romper com situações de opressão construídas a partir de imagens de controle sobre estas mulheres, sobre o que lhes cabe na relação matrimonial, na função de maternar.

No reconhecimento compartilhado pelas companheiras de luta, na transmissão de conhecimento necessário para romper com as expressões



cotidianas da opressão em relações violentas, as mulheres fizeram daquele um espaço seguro que, pelo menos ali, as permitiu perspectivar uma autodefinição diferente do que poderia ser imposto em outros espaços.

A constituição daquele grupo como um espaço seguro se deu não só nas relações entre as mulheres, mas também nos símbolos da luta conjunta expressos em música. Assumindo a direção do grupo, as participantes iniciaram e finalizaram cada um dos oito encontros com um canto de luta, comuns aos encontros e mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais, a exemplo de:

Cansei de ser domesticada / quero andar com os próprios pés / organizar a rebeldia / e assim deixar de ser refém (Música de protesto)

Como já abordado no tópico anterior, a música representa para Collins (2019 [1990]) um espaço de criação e fortalecimento de aspectos que dizem respeito a experiência específica de um determinado grupo. Angela Davis (2017 [1989]), cujas elaborações a respeito da música como uma comunidade estética de resistência servem a Hill Collins (2019 [1990]) para o desenvolvimento da noção de “espaços seguros”, entende o uso da musicalidade como uma tradição histórica que comunica valores de resistência das comunidades negras. Para além disso, os cantos de luta são meios tanto epistemológicos quanto psicológicos de mobilizar a consciência em torno do que são os aspectos comuns do cotidiano destas mulheres; neste caso, a experiência de luta nos movimentos de mulheres que havia sido suspensa pela necessidade de isolamento social.

Apesar destes elementos que indicam a construção deste como um espaço seguro, é importante pontuar que a participação da estudante facilitadora do Ciclo era assumida por uma mulher branca. Esse atravessamento inter-racial, contudo, não prejudicou o desempenho do grupo, considerando o aspecto de solidariedade flexível ressaltado por Collins (2022



[2019]) que permite alianças entre mulheres quando da luta contra opressões de gênero. Assim, levando em consideração a importância de garantir o protagonismo das lideranças no processo, a mediação foi realizada em constante movimento de articulação e direcionamento das participações ao tema, que eram constantes, apesar da dinâmica virtual. A não interferência desta participação para a construção do espaço seguro ficou evidente na fala das participantes, que indicavam que aquele era um espaço diferente dos demais, onde elas poderiam falar por elas:

Às vezes a gente se sente melhor em algumas participações porque a gente fala de nós. Tem coisas que a gente precisa e quer falar, mas a gente não tem momentos pra isso. Quando a gente começa a falar de nós, da nossa convivência, chama mais atenção ainda. E a gente fica com mais ânimo pra estar participando de outras coisas (LIDERANÇA PARTICIPANTE DO CICLO).

Mais do que acolhida, por meio do compartilhamento, as mulheres mobilizaram o potencial deste espaço seguro ao construir alternativas de ação para romper com a violência de gênero em suas comunidades, seja pelo exercício imaginativo de como agir, seja pela partilha das atividades já realizadas em cada município com mulheres, jovens e também homens.

Dentro das possibilidades de um grupo formado por pessoas de diferentes municípios e cumprindo as determinações de isolamento social, elencamos duas ações como produto final das atividades do Ciclo. A primeira delas consistiu na construção de uma Carta Política das Mulheres, um recurso que já havia sido utilizado anteriormente por representantes de um dos municípios, com denúncias e demandas referentes à luta pelos direitos das mulheres dos municípios a que pertenciam as participantes. O documento objetivava servir de instrumento de pressão ao poder público, a partir de sua exposição em audiências públicas e reuniões com representantes do poder municipal, etc.



O segundo recurso elencado como finalização das atividades consistiu na participação ativa das mulheres que integraram os Ciclos na campanha de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres e pela divisão justa do trabalho doméstico, que foi idealizada pelo MOC. Considerando a demanda destas mulheres por uma formação para o manejo de situações de violência nos municípios, pautamos, também, a realização de um segundo ciclo, que foi realizado no ano seguinte (2022) de forma presencial.

Finalizar os Ciclos com a construção de um recurso de relevância jurídica e com o engajamento em atividades coletivas que apontam para a necessidade de sustentação prática para as lutas enfrentadas pelas mulheres negras do recôncavo, é uma forma de sinalizar o papel dos “espaços seguros” como meios de contato com o acolhimento e com experiências autênticas das mulheres negras que pertencem a este contexto regional específico. Mas é também, um modo de ressaltar que o fortalecimento da voz individual para a autoafirmação coletiva só faz sentido num contexto em que essas mulheres conseguem utilizar esse conhecimento para decidir de forma autônoma como se engajar na reivindicação de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do pensamento feminista negro, que nos oferece outras lentes para analisar as relações sociais de resistência e dominação, percebemos como é importante para as mulheres negras passar do silêncio para a linguagem e para ação individual e de grupos, lembrando que, na perspectiva de Collins (2016 [1986]), as mulheres se libertam à medida que criam seus próprios padrões de avaliação e se expressam. Pelas diversas formas de manifestação, oral ou escrita, um contingente de mulheres negras construiu



espaços seguros o suficiente para autodefinição e, também, para a transmissão de conhecimento, pela documentação e interpretação das diversas práticas feministas construídas ao longo do tempo.

Nas relações construídas no grupo de lideranças, o acolhimento diante das situações de opressão de gênero, a partilha de experiências de resistência e a retomada dos símbolos de luta atravessaram a construção de um espaço seguro para as mulheres negras, viabilizando novas possibilidades de autodefinição, em seus próprios termos. A partir disso, puderam também aventar possibilidades de ação em prol da justiça pelas mulheres de suas comunidades, em uma atuação com a comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marileia de. *Devir quilomba: Antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. (1986). Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Another kind of public education: Race, schools, the media, and democratic possibilities*. Beacon Press, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. (1990). *Pensamento feminista negro*. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. (2016). *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. (2019). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Trad. Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, José Fernando Andrade. "Fazer para transformar": A psicologia política das comunidades de Maritza Montero. *Revista de Psicologia Política*, v. 15, n. 33,



p. 269-283, 2015. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200003&lng=pt&nrm=iso>.

DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Silvia. *Democracia para quem?* São Paulo: Boitempo, 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. (1980). Racismo e sexismo no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana: 2018a, p. 190-214.

hooks, bell. (1981). *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. 5. ed. Tradução: Bhuvli Libânio. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2020.

LORDE, Audre. (1984). Os usos da raiva. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 155-167.

MACÊDO, Stefanie; SILVA, Maria da Conceição Gomes da; NEVES, Tatiana de Souza Santos. A escrita das margens: os diários de Carolina Maria de Jesus como exercício de resistência epistêmica. *Revista da ABPN*, v. 16, Edição Especial, p. 1126-1154, set. 2023.

MONTERO, Maritza. *Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MONTERO, Maritza. El concepto de intervención social desde una perspectiva psicológico-comunitaria. *Revista MEC-EDUPAZ UNAM*, v. 1, 54-76, 2012.

SANTOS, Alessandro. Conhecimento, opinião, estereótipo e o medo da alteridade. In: DA SILVA JÚNIOR, Nelson; ZANGARI, Wellington. *A psicologia social e a questão do hífen*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 193-196.

Recebido em: 07/03/2024

Aprovado em: 17/04/2026